

# Policy Brief No. 9

21.07.2020

Um olhar ao DDR em curso em Moçambique

**Discussões francas sobre  
planos realísticos de  
reintegração crucial para  
o sucesso da operação**



Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável em África



© EISA, Junho de 2020

Policy Brief editado por:

Ericino de Salema (ericino@eisa.org.za)



## Um olhar ao DDR em curso em Moçambique

# Discussões francas sobre planos realísticos de reintegração crucial para o sucesso da operação

Kees Kingma<sup>1</sup>

- “Em conformidade com o Acordo, os objectivos do DDR devem explicitamente incluir o fim da capacidade militar da Renamo, e a transição de todos os guerrilheiros residuais para as comunidades e para a sociedade. Na medida em que a *Junta Militar da Renamo* não reconhece o Acordo e por isso não faz parte do DDR – e ainda continua a ser vista pela Renamo e pelo GdM como parte da Renamo – isto é problemático. Mecanismos de verificação da desmobilização seriam praticamente impossíveis. E o recrutamento para as fileiras da *Junta Militar* continua uma possibilidade real.”
- “Permanece também a questão sobre até que ponto viúvas (ou outros representantes) de guerrilheiros falecidos poderão ter sido incluídas na lista. Provavelmente, o número poderá ter sido inflacionado como forma de mobilizar recursos para a Renamo e seus simpatizantes.”
- “Expectativas precisam de ser geridas. Existe, por exemplo, o risco de os antigos guerrilheiros (e outras partes interessadas) terem a percepção de que a *reintegração* significa que eles irão beneficiar de cuidados até que sejam *reintegrados*. Expectativas que sejam demasiado elevadas podem afectar negativamente todo o processo, e o seu impacto. Há necessidade de clareza sobre a política, princípios, modalidades de apoio e dos padrões a serem usados. Se essa clareza não existir, tal pode resultar em lutas ou frustrações, e afectar a implementação.”

No Acordo de Paz de Maputo, assinado em Agosto de 2019 entre o Governo de Moçambique (GdM) e a oposição armada do partido Renamo, as duas partes concordaram, de entre outros aspectos, em concluir o desarmamento e desmobilização dos guerrilheiros da Renamo e sua subsequente reintegração sócio-económica, bem como a colocação de parte destes elementos nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) e na Polícia da República de Moçambique (PRM).<sup>2</sup>

Tal como em vários outros processos de paz em África, o Desarmamento, a Desmobilização e a Reintegração – geralmente referidos como “DDR” – são encarados como componentes importantes destes processos. Mas, como tem sido observado por vários actores e analistas políticos, o DDR não é uma *varinha mágica* que traga paz e desenvolvimento, e em cada situação, o DDR requer uma abordagem diferenciada.

O actual DDR pode tirar lições de um processo idêntico realizado em Moçambique nos anos 1990, e de outras operações semelhantes em África, mas deverá também ser abordado a partir da perspectiva das actuais condições

de e em Moçambique, incluindo os desafios mais amplos de desenvolvimento, tais como as condições dos serviços e infraestruturas no país, as persistentes disparidades sócio-económicas e o uso e abuso do poder político a vários níveis. Obviamente, a operação de DDR também é afectada pela rivalidade de longa data entre o Governo, corporizado pela Frelimo, e a Renamo. E, infelizmente, o conflito com a Renamo já não é o único conflito violento com um grupo organizado no país.

Este breve ‘Policy Brief’ oferece uma informação básica quanto ao acordo sobre a operação de DDR da Renamo, sublinha as principais questões envolvidas na operação, conforme o acordado, e aponta as questões políticas-chave que precisam de ser consideradas para que sejam alcançados resultados positivos e sustentáveis. O texto baseia-se na análise dos acordos oficiais, comentários da imprensa e discussões com várias partes interessadas, incluindo os observadores em Moçambique. Todos os planos e pontos de vista são considerados à luz da ampla experiência com – e lições aprendidas dos – processos relacionados com o DDR em outros países africanos nas últimas décadas.

1 Kees Kingma é um analista e consultor independente com mais de três décadas de experiência operacional e analítica em processos de paz e desenvolvimento, principalmente em África.

2 Reflexões sobre este acordo podem ser encontradas nos *Padrões Integrados de DDR da ONU* (IDDDRS), publicados em 2006, e parcialmente revistos em 2019. Notas sobre o mesmo acordo já foram escritas por Kees Kingma (2009) “From Conversion to Peace-building; a reassessment of demobilization and reintegration in Africa.”, por Michael Brzoska e Axel Krohn (eds.) *Overcoming Armed Violence in a Complex World*. (Budrich UniPress) pp. 65-78.; assim como por Jaremy McMullin (2013) *Ex-Combatants and the Post-Conflict State; challenges of reintegration* (Palgrave Macmillan).

## Acordo para desarmar e desmobilizar a Renamo

A plataforma para a desmobilização da estrutura armada da Renamo foi inicialmente acordada no Memorando de Entendimento (MdE) sobre Questões Militares, assinado pelo GdM e a Renamo, em Agosto de 2018. O documento também oferece uma matriz para a integração (colocação) de um determinado número de elementos da Renamo nas FADM e na PRM, antes da desmobilização dos elementos residuais. É importante notar que não se refere a um número específico a ser desmobilizado nem aos critérios sobre quem deve (ou não) ser considerado combatente, ou um processo com base no qual se possa chegar a estes números ou critérios. O documento também não oferece qualquer tipo de especificidades quanto ao tipo de apoio que será disponibilizado aos antigos guerrilheiros da Renamo.

Um ano depois, seguindo-se a intensas negociações, o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional entre o Governo e a Renamo foi assinado em Maputo, no dia 6 de Agosto de 2019. O Acordo, que incluiu o MdE inicial, abriu caminho para as eleições de Outubro de 2019 e o início do DDR. As partes concordaram, de entre outras questões, sobre o desarmamento e desmobilização total da Renamo, a subsequente reintegração sócio-económica dos homens armados da Renamo e a colocação destes elementos nas FADM e na PRM. Uma diferença chave em comparação com o Acordo Geral de Paz de Roma, de 1992, é que, desta vez, a capacidade militar da Renamo será totalmente desmantelada. A protecção da sua liderança será garantida por um contingente da PRM.

No Acordo, o GdM compromete-se, de entre outros aspectos, a facilitar a movimentação dos homens armados da Renamo, no seu percurso a caminho dos pontos de acantonamento para fins relacionados com o DDR e a mobilizar recursos internos e externos com vista a facilitar a reintegração social e económica dos guerrilheiros da Renamo abrangidos pelo processo de desmobilização. E ao assinar o Acordo, a Renamo comprometeu-se, de entre outras coisas, a não proceder ao recrutamento ou mobilização de pessoal para as suas fileiras; concluir o processo de fornecer à Comissão para os Assuntos Militares/JTGDDR (ver parágrafo abaixo) informação actualizada, fiável e verificável sobre o número, localização, organização e composição de quaisquer bases remanescentes, incluindo efectivos, armas armazenadas e/ou escondidas ou com as suas forças, engenhos explosivos, minas e qualquer outro tipo de equipamento militar. A Renamo compromete-se, ainda, a colaborar com a Comissão para os Assuntos Militares/JTGDDR, com o apoio da Componente Internacional, para a conclusão do desarmamento e desmobilização dos seus guerrilheiros e libertar-se de equipamento militar; e a facilitar a entrega de uma lista com os nomes dos seus homens que deverão ser sujeitos à reintegração social e económica.

## Preparação para o DDR

Como plataforma institucional para a implementação do processo de reintegração (colocação) e do DDR das forças da Renamo, o MdE acima referido criou, em 2018, a Comissão dos Assuntos Militares, a qual conta com o apoio de três sub-grupos técnicos:

1. Grupo Técnico Conjunto para a Afectação (JTGP);
2. Grupo Técnico Conjunto para o DDR (JTGDDR);
3. Grupo Técnico Conjunto para a Monitoria e Verificação (JTG MV).

Os três grupos são compostos por representantes do Governo e da Renamo, enquanto o JTGDDR também inclui uma Componente Internacional (CI). Após um convite formulado pelo Governo, vários países, nomeadamente Argentina, Alemanha, Índia, Irlanda, Noruega, Suíça, Tanzânia, EUA e Zimbábue, disponibilizaram à CI um número de conselheiros militares seniores, liderados por um General experiente argentino. Os peritos internacionais da CI deverão prestar assistência técnica ao JTGDDR, particularmente quanto à observação do desarmamento, como forma de garantir transparência e credibilidade do processo.

Em 2017, foram criados um Secretariado de apoio ao Processo de Paz e um “Fundo Comum”. Desde Janeiro de 2020, que o Secretariado e o Fundo Comum – agora funcionando como um Fundo Múltiplo de Doadores (MDTF) – estão sob gestão do Gabinete das Nações Unidas para Projectos (UNOPS). O Secretariado é dirigido pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas (UNSG) para Moçambique. Um Conselho de Direcção é composto pelo Enviado Especial do UNSG, um representante do UNOPS e um representante dos doadores que contribuem para o MDTF. As Nações Unidas estão envolvidas na implementação do DDR, de entre vários, através do papel do UNOPS e do Enviado Especial do UNSG.

Contudo, é importante notar que não existe uma Operação de Paz mandatada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em Moçambique. O apoio da comunidade internacional para o actual processo de paz está a ser coordenado através do Grupo de Contacto (GC).

## Início do DDR

Como já foi referido acima, um pequeno grupo de combatentes da Renamo não deverá voltar à vida civil, já que será incorporado nas FADM e na PRM. Uma plataforma para a integração faz parte do Acordo.<sup>3</sup> Os elementos da Renamo a serem integrados deverão receber uma formação específica, juntamente com outros oficiais, de modo a ajustarem-se às suas novas patentes e

funções. Até finais de 2019, dezassete (17) elementos da Renamo haviam sido integrados em posições de topo da hierarquia das FADM, e 10 da PRM. Depois que, um dia, se desmobilizassem dessas forças nacionais, teriam direito à pensão.

Até aqui, o progresso do DDR propriamente dito tem sido limitado:

- Uma declaração do Enviado Especial do UNSG (também como Presidente do Grupo de Contacto), no dia 13 de Junho de 2020, indicava que a primeira base militar da Renamo – no distrito de Dondo – tinha sido oficialmente encerrada e que todos os antigos combatentes que se encontravam na base já se encontram em casa, iniciando assim a sua nova vida;
- Subsequentemente, a desmobilização de centenas de combatentes da Renamo foi reportada nos princípios de Julho. Uma segunda base foi fechada em 15 de Julho, desta vez no distrito de Chibabava, também na província de Sofala. De facto, apesar de desafios causados pelo COVID-19, sinais promissores de progresso têm sido reportados.

Contudo, é importante notar que a auto-denominada *Junta Militar da Renamo*, operando principalmente na região centro de Moçambique, não reconhece o Acordo de Agosto de 2019, o que implica que não se prevê uma implementação completa do DDR, especialmente dado que tentativas recentes de negociar com o seu líder foram um fracasso. Esta *Junta Militar* é liderada pelo comandante separatista da Renamo e se considera a verdadeira Renamo, alegadamente seguidora dos princípios de seu antigo líder, Afonso Dhlakama, que perdeu a vida a 3 de Maio de 2018, na Serra da Gorongosa, em Sofala.

## Perspectivas de reintegração

A actual reintegração dos guerrilheiros na sociedade é geralmente encarada como uma parte crítica do processo do DDR, e é considerada essencial para o seu sucesso final. A reintegração é um processo através do qual os antigos guerrilheiros, juntamente com indivíduos anteriormente associados a eles, assumem uma identidade civil e passam por um processo de transição para uma comunidade e sociedade, como cidadãos reconhecidos e respeitados:

- O aspecto social do processo de reintegração é a forma em que o indivíduo é aceite na família, comunidade e sociedade na qual ele vive, e o grau até o qual a pessoa se sente parte da vida social;

- O aspecto económico do processo inclui o (re) estabelecimento de uma vida legalmente sustentável (possivelmente através do emprego ou outras fontes de rendimento) e uma qualidade de vida comparável à dos outros elementos nas suas respectivas comunidades;
- O aspecto político deveria incluir o processo através do qual o antigo guerrilheiro e indivíduos anteriormente associados se tornam envolvidos no processo de tomada de decisões ao nível da comunidade e no mais amplo processo político, sem ter que recorrer à violência.

Para avaliar as oportunidades e desafios da reintegração, é particularmente importante considerar:

- O perfil sócio-económico e as ambições dos guerrilheiros envolvidos
- A vontade das respectivas comunidades em receber os antigos guerrilheiros no seu seio
- O ambiente económico e oportunidades nas regiões onde os antigos guerrilheiros vivem ou para onde gostariam de voltar.

A desmobilização da Renamo está a ser gerida na base de uma lista de 5 000 (cinco mil) homens, acordada entre as partes, a qual não se baseia em critérios verificáveis sobre quem deve ou não deve ser considerado antigo guerrilheiro. Uma das características mais importantes é que, virtualmente, todos eles são homens, e mais de metade têm mais de 50 anos de idade. Isto deve, obviamente, levantar a questão sobre quantos deles terão de facto sido desmobilizados nos anos 1990 e o que poderão vir a ser as suas actividades económicas durante a próxima década. É muito pouco provável que a maioria dos antigos guerrilheiros esteja interessada (ou capaz) de começar uma nova actividade ou negócio.

Muito dependerá de como eles se poderão encaixar em actividades já existentes, se não tiverem, de facto, estado já a viver na respectiva região ou comunidade. O seu perfil, em geral, também tem implicações sobre o tipo de serviços que poderão vir a necessitar. Reforçar o acesso aos serviços de saúde poderá vir a ser mais relevante do que a educação, como por exemplo, a alfabetização.

Quanto a uma das condições mais importantes para uma reintegração efectiva, é difícil avaliar como é que os antigos guerrilheiros serão recebidos depois de regressarem às suas comunidades, ou quando se instalarem numa “nova” região. Alguns deles poderão já estar no local onde preferem ser “reintegrados”. É possível que algum ressentimento exista entre os guerrilheiros regressados e

<sup>3</sup> Não está claro se existe qualquer intenção de permitir que aqueles antigos membros da Renamo que já antes haviam sido integrados nas FADM depois do Acordo de Roma, mas que depois abandonaram, serão agora convidados/permitidos regressar para as FADM.

a comunidade do local de reassentamento. Nestes casos, poderá haver a necessidade de ter que se passar por algum processo de reconciliação. Nesta perspectiva, será também importante notar que depois da desmobilização em 1994, grande número de antigos guerrilheiros da Renamo não regressou às suas zonas de origem, acabando por criar (e manter) as suas próprias redes de apoio.

De uma maneira geral, é preciso reconhecer que para pessoas com pouca experiência e conhecimentos, oportunidades económicas na maioria das zonas rurais do país são difíceis de encontrar. Esta é claramente uma questão de ordem superior do que simplesmente um apoio para a reintegração dos ex-combatentes da Renamo. A maioria da população rural tem poucos recursos para sobrevivência; e também devido a uma fraca infraestrutura e distâncias longas, o acesso aos mercados é bastante limitado. Para além disso, nos casos em que os antigos guerrilheiros (e suas famílias) encontram-se separados há muito tempo, é possível que ocorram disputas relacionadas com o acesso e uso da terra.

Tendo em conta a descrição acima, é importante reconhecer que não se pode esperar que os antigos guerrilheiros da Renamo, uma vez reintegrados, tenham uma vida economicamente estável. É difícil esperar que eles venham a ter uma vida melhor que a do resto das comunidades onde eles estarão reintegrados. Se tais expectativas foram levantadas quer pela liderança da Renamo quer por outros, e se de propósito ou não, isto poderá vir a ter um impacto negativo sobre os esforços de reintegração dos antigos guerrilheiros. Discussões francas sobre planos realísticos de reintegração e divulgação pública apropriada são, portanto, essenciais.

### Questões chave a considerar

Numa situação em que persistem ainda algumas questões fundamentais sobre o papel e a viabilidade do DDR, os seguintes aspectos de natureza política precisam de ser considerados.

#### a. *Clareza sobre os objectivos do DDR e a capacidade de se concluir com o exercício*

Em conformidade com o Acordo, os objectivos do DDR devem explicitamente incluir o fim da capacidade militar da Renamo, e a transição de todos os guerrilheiros residuais para as comunidades e para a sociedade. Na medida em que a *Junta Militar da Renamo* não reconhece o Acordo e por isso não faz parte do DDR – e ainda continua a ser vista pela Renamo e pelo GdM como parte da Renamo – isto é problemático. Mecanismos de verificação da desmobilização seriam praticamente impossíveis. E o recrutamento para as fileiras da *Junta Militar* continua uma possibilidade real.

Se problemas fundamentais prevalecem durante a implementação do DDR, como a incapacidade de se ter a Junta Militar totalmente desmobilizada, seria primeiro necessário lidar explicitamente com os aspectos políticos, em vez de insistir no DDR. O DDR é parte da implementação do Acordo e seria, de facto, muito útil em ajudar a criar a confiança e a estabilização da situação. Mas continuar a implementar o DDR em condições onde o suficiente entendimento político sobre o Acordo parece estar ainda em falta poderá ser oneroso, muito provavelmente insustentável e pode até produzir repercussões políticas adversas. É pouco provável que renegociar o Acordo pela via dos termos do DDR seja bem sucedido. Por outro lado, claro, se toda a Renamo estivesse pronta a desarmar-se e desmobilizar-se completamente, uma possível incapacidade das agências responsáveis em dar uma resposta eficaz (incluindo a disponibilização de recursos financeiros) poderia afectar a vontade política para a conclusão do DDR.

É igualmente importante fechar-se o capítulo sobre quantos e quais os guerrilheiros da Renamo que serão integrados nas Forças de Defesa e Segurança. Se este assunto tiver que voltar a ser levantado durante a implementação do DDR, poderá provavelmente minar a confiança sobre o processo.

Alguns riscos associados às questões acima levantadas são:

- Conduzir as actividades do DDR e elevar expectativas, se o objectivo da operação não é claro nem realístico, pode resultar numa longa e onerosa operação sem garantia de obtenção dos resultados desejados;
- Começar o exercício do DDR com grandes compromissos (sobre a atribuição de direitos) e depois não ser capaz de cumprir devido à falta de fundos pode ser fatal. Possíveis dificuldades quanto ao financiamento do programa poderão até afectar negativamente a confiança sobre o processo.

#### b. *Clareza e entendimento sobre a composição do grupo alvo*

A composição do grupo de guerrilheiros da Renamo que se tiver acordado que devem passar pelo processo de DDR pode levantar algumas questões. Não está especificado quais são os critérios que foram aplicados para se determinar quem é guerrilheiro e quem não é, e dessa forma como é que se terá chegado a esta lista. E de facto há a percepção geral de que o verdadeiro número dos guerrilheiros da Renamo em Agosto de 2019 teria estado próximo de mil. Presume-se, por isso, que esta lista foi negociada politicamente entre as partes. Estaria, muito provavelmente, a incluir um grande número de apoiantes da Renamo que nunca estiveram no activo como combatentes, mas que tenham estado associados

às actividades militares da Renamo. Muito provavelmente, alguns deles foram combatentes antes da primeira desmobilização em 1994. Permanece também a questão sobre até que ponto viúvas (ou outros representantes) de guerrilheiros falecidos poderão ter sido incluídas na lista. Provavelmente, o número poderá ter sido inflacionado como forma de mobilizar recursos para a Renamo e seus simpatizantes.

Uma questão óbvia é como tudo isto será entendido pelas comunidades onde os antigos guerrilheiros estarão inseridos. Particularmente se benefícios substanciais forem disponibilizados directamente a cada indivíduo, com base nos direitos, a composição da lista poderá ser questionada. E se a lista não pode ser claramente justificada, isto pode minar a confiança sobre o processo e as instituições envolvidas, assim como o próprio processo de reintegração social.

#### Um risco associado com as questões acima descritas é:

- Uma operação de DDR baseada numa lista não transparente de antigos guerrilheiros corre o risco de ser questionada, particularmente se substanciais benefícios pessoais estiverem envolvidos.

#### c. *Prestação de apoio pertinente e eficaz*

A reintegração dos antigos guerrilheiros é fundamentalmente da sua própria responsabilidade, juntamente com as suas famílias e comunidades. Um programa de DDR pode servir de suporte para os seus esforços, geralmente através da combinação de um conjunto de medidas e modalidades. Importante para as decisões sobre como este apoio é disponibilizado é ter conhecimentos adequados sobre onde os antigos guerrilheiros estão actualmente localizados, para onde eles pretendem ir e quais são as suas necessidades específicas, nível de escolaridade (ou conhecimentos técnicos) e ambições. É importante saber quem são os que vão regressar às suas zonas de origem e quem são os que não vão. É possível que muitos deles já tenham actividades económicas em que estejam actualmente envolvidos. E é essencial que na elaboração e implementação do DDR o foco se mantenha sobre os vários aspectos do mais amplo processo de reintegração.

Algumas considerações relevantes sobre diferentes modalidades de apoio à reintegração são:

#### *Pagamentos em dinheiro:*

A disponibilização de dinheiro para cada um dos antigos guerrilheiros elegíveis (às vezes chamado de pagamento de reinserção) é geralmente uma forma eficaz e eficiente de apoiar a parte inicial do processo de reintegração. Muitas das necessidades imediatas dos antigos combatentes são difíceis de prever, e são muitas vezes específicas ao indivíduo. Elas podem variar desde necessidades de

saúde, pagamento de dívidas, necessidades de transporte, compromissos familiares ou comunitários, até pequenos investimentos produtivos. Em vários casos, é visto como um elemento positivo quando o antigo guerrilheiro traz consigo dinheiro que lhe permite contribuir para a sua família ou comunidade. Um apoio inicial em dinheiro pode também ser uma forma eficaz de “ganhar tempo” enquanto se melhoram as condições mais amplas de reintegração e se tornam disponibilizados outros mecanismos de apoio (baseados na comunidade).

Há também alguns riscos envolvidos com a disponibilização de dinheiro vivo, uma vez que alguns dos antigos guerrilheiros podem não ter muita experiência em lidar com dinheiro e/ou podem gastá-lo muito facilmente. Há ainda um risco maior de recursos disponibilizados para apoiar a reintegração serem sujeitos a uma “taxa” imposta pela liderança do antigo grupo armado. Contudo, estudos sobre a disponibilização de dinheiro vivo, particularmente em situações de emergência, mostram que a maior parte das pessoas usam-no de forma diligente. A modalidade de entrega é mais barata do que o apoio em espécie, as pessoas geralmente conhecem melhor quais são as suas necessidades e prioridades, e tem também o potencial de produzir efeitos positivos sobre o desenvolvimento económico regional. E como forma de reduzir alguns riscos, o pagamento pode ser feito em prestações, ao longo de um período, e com simples condições de verificação inclusas, conforme o caso.

Um mecanismo mais bem estruturado de reintegração com base no dinheiro seria a disponibilização de uma espécie de pensão. Isto seria especialmente relevante para os guerrilheiros da Renamo, já que a maioria deles são de idade avançada. Estes pagamentos poderiam estar em paridade com o que se paga aos soldados das FADM na reserva. Mas questões ligadas à elegibilidade seriam talvez ainda mais sensíveis e difíceis de estabelecer e justificar do que as que foram analisados na secção b, acima.

Na operação de DDR em Moçambique, em meados da década de 90, os pagamentos em dinheiro foram tidos como efectivos para atender às necessidades imediatas e, geralmente, permitiam pequenos investimentos. Mas os custos de transacção em termos de viagens e serviços bancários eram altos. Com uma infra-estrutura e um sistema bancário aprimorados, actualmente, espera-se que os custos de transacção sejam consideravelmente mais baixos.

#### *Apoio em bens no ponto de desmobilização:*

Antigos combatentes acabados de serem desmobilizados geralmente precisam de alguns bens e utensílios básicos. Mas se o tamanho físico de um tal “pacote de reintegração” for grande, o transporte de carga seria um verdadeiro problema para a maioria dos combatentes. Com base em experiência verificada em outros lugares, se o material não for entregue no local onde o antigo combatente vai-se estabelecer, existe a probabilidade de ele vender

vários ou todos os seus bens directamente a potenciais revendedores (a um preço *de desconto*).

#### *Apoio à reintegração numa base dirigida:*

Problemas de falta de clareza sobre quem está na lista dos que devem beneficiar de apoio serão ainda mais graves se o apoio à reintegração for numa base individual, como um elemento. Tal apoio poderá de facto minar os processos de reintegração social se for interpretado por alguns membros da comunidade como sendo injusto. Este será especialmente o caso se o apoio à reinserção em si for já considerável. É importante notar que vítimas da violência, viúvas de combatentes, órfãos, etc., são também membros destas mesmas comunidades. Eles devem ter também necessidades específicas, e não estarão a receber o apoio para a reintegração. Mais ainda, torna-se difícil justificar o apoio à reintegração dirigido a um grupo de indivíduos que são quase todos homens e dos quais mais de metade têm idades acima dos 50 anos. Mesmo se tais direitos fossem partilhados com a família, ainda são passíveis de ter implicações negativas do ponto de vista quer social quer de género. E como já foi visto em outros países, o foco “alcançar o pacote” poderá ensombrar o próprio esforço de engajamento com a comunidade e construir (ou melhorar) a vida.

E mais importante ainda, tal apoio a uma reintegração dirigida com um mecanismo separado de entrega seria oneroso (também no seu acompanhamento) a título individual, em várias zonas do país. Os custos de implementação por guerrilheiro seriam, por isso, elevados.

#### *Apoio à reintegração baseado na comunidade:*

Tendo em vista as observações sobre o número e o perfil dos guerrilheiros, o tamanho do país e os desafios gerais de reintegração, os antigos guerrilheiros e as suas respectivas comunidades beneficiariam de apoio com mais eficácia e de forma mais efectiva através de intervenções que sejam capazes de criar e reforçar oportunidades de desenvolvimento económico local. Tal apoio poderia claramente concentrar-se especificamente em zonas geográficas onde se espera que um número relativamente maior de antigos guerrilheiros venha a ser reassentado (ou esteja já assentado). Tal apoio à reintegração baseado na comunidade não estaria centrado nos direitos individuais, mas na prestação de apoio à capacidade das respectivas comunidades na “absorção” de antigos guerrilheiros.

Na verdade, esse apoio estaria virado para as necessidades prioritárias da comunidade, conforme elas

forem definidas pela própria comunidade através de um processo transparente. Poderá, por exemplo, incluir apoio à reabilitação de infraestruturas ou provisão de serviços nas zonas para onde os antigos guerrilheiros estiverem a regressar. Poderá por isso incluir investimentos em bens partilhados pela comunidade, onde os membros da comunidade obtenham benefícios directos na forma de furos de água, salas de aulas, reabilitação de mercados, pequenas pontes ou outras infraestruturas públicas. Poderá também prestar apoio directo no aumento de oportunidades de emprego das quais os antigos guerrilheiros possam beneficiar, juntamente com outros membros da comunidade.

#### *Apoio à reintegração baseada em necessidades:*

Para além das modalidades apontadas acima, parte do apoio poderá ser disponibilizado com base em necessidades individuais específicas. Tal apoio baseado na necessidade poderá ser direccionado a necessidades específicas tais como alfabetização, deficiência, tratamento de doenças crónicas, protecção e problemas psico-sociais, incluindo o trauma. Poderia em princípio prestar apoio a todos os grupos vulneráveis na comunidade com essas necessidades, mas poderia ser feito de forma especialmente relevante para a reintegração dos antigos guerrilheiros através da focalização especial sobre necessidades que estes antigos guerrilheiros possam ter.

#### **d. Gestão de expectativas**

É importante que os responsáveis pela gestão do DDR disponibilizem informação pública relevante e atempada a todas as partes relevantes e interessadas no processo (incluindo os antigos guerrilheiros). Expectativas precisam de ser geridas. Existe, por exemplo, o risco de os antigos guerrilheiros (e outras partes interessadas) terem a percepção de que a *reintegração* significa que eles irão beneficiar de cuidados até que sejam *reintegrados*. Expectativas que sejam demasiado elevadas podem afectar negativamente todo o processo, e o seu impacto. Há necessidade de clareza sobre a política, princípios, modalidades de apoio e dos padrões a serem usados. Se essa clareza não existir, tal pode resultar em lutas ou frustrações, e afectar a implementação. O exercício até pode se tornar vítima de “jogos” activos por parte das partes interessadas (“sabotadores”). E como já foi referido, confusão sobre o DDR, com mudanças nos grupos alvos e nos objectivos, pode se tornar oneroso e até contraproducente.



Parceiros financeiros do EISA em Moçambique:

